



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ATA Nº02/2016

**----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.**

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a quinze de Fevereiro de dois mil e dezasseis, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

Ponto três – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, para conhecimento; -----

Ponto quatro – Apreciação e votação da desvinculação do Município de Vila Nova da Barquinha da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico; -----

Ponto cinco – Nomeação de um representante das juntas de freguesia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a Comissão Municipal de Proteção Civil (art.º. 41º., alínea i) da Lei nº80/2015, de 3 de Agosto; -----

Ponto seis – Pedido de autorização para adesão a (ZIF) Zona de Intervenção Florestal; -----

Ponto sete – Apreciação e votação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Vila Nova da Barquinha; -----

Ponto oito – Apreciação e votação da alteração do Mapa de Pessoal; -----

Ponto nove – Apreciação e votação do relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2015 e dos Investimentos de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, nos termos do nº2, do artigo 27º da Lei nº75/2013, de 13 de setembro. -----

Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

Rui Monteiro Picciochi; -----

João Manuel Alves Gralha; -----

Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

José Maria Chambel Esteves; -----

Manuel da Costa; -----

César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

Inocência Rodrigues Cruz; -----

José Pereira de Sousa; -----

Vitorino Gomes Monteiro; -----

João Fernando Mexia Machado; -----

Manuel Maria Ferreira Honório; -----

José Miguel Baptista Homem; -----

Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----

Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

David Valente Antunes; -----

Paula Alexandra Vieira Duarte; -----

Manuel de Oliveira. -----

-----Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalheite Honório e Rosa Maria Fernandes Garrett. Não compareceu o Senhor Vereador Luís Manuel dos Santos Valente, apresentando justificação pela sua ausência. -----

**Nesta altura foi instalado o Senhor Deputado Municipal David Valente Antunes, substituindo o Senhor Deputado Municipal João Filipe Ricardo, que solicitou a sua substituição por motivos pessoais, a esta sessão da Assembleia Municipal e por ser o sucedâneo na lista da CDU. -----**

**Seguidamente foi instalado o Senhor Deputado Municipal Manuel Costa, substituindo o Senhor Deputado Municipal Manuel Maria Pequito Cardoso, que solicitou a sua substituição por motivos de saúde, a esta sessão da Assembleia Municipal e por ser o sucedâneo na lista do PS. -----**

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

### **----- APROVAÇÃO DA ACTA -----**

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu à apreciação a ata número um, da reunião realizada a vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e dezasseis, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

**Foi submetida à votação o projeto de ata, foi aprovada por maioria, com três abstenções dos Senhores Deputados Municipal José Pereira de Sousa, Eduardo de Oliveira e David Valente Antunes, por não terem estado presentes sessão, e dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz,**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Nuno Gomes do PPD/PSD, Paula Duarte da CDU e João Gralha, Manuel Costa, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, César Barros, Vitorino Monteiro e João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS.** -----

----- **EXPEDIENTE** ----- (Vide anexo 1) ----

----- **MOÇÕES, INTERVENÇÕES** -----

= O Senhor Deputado **César Cardigos** leu uma Moção evocativa sobre a “42º aniversário da Revolução de Abril e 40º aniversário da Constituição da República.” (Vide anexo 2) -----

= O Senhor Deputado **César Cardigos** leu uma Moção evocativa sobre a “1º de Maio.” (Vide anexo 3) -----

= O Senhor Deputado **David Antunes** leu uma intervenção sobre a “42º aniversário do 25 de Abril de 1974.” (Vide anexo 4) -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registou-se a intervenção por parte do Senhor Deputado da Assembleia Municipal: ---

= **O Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** - “Na Moita do Norte, na zona antiga, existe há muitos anos um local de estacionamento destinado a uma praça de táxis. Eu já me manifestei várias vezes contra a existência daquela praça, é que durante meses e meses e até anos nunca lá estive um táxi estacionado. Ultimamente tem havido alguns problemas com a Guarda Nacional Republicana, quando alguém estaciona naquele local. Eu já verifiquei porque vou lá todos os dias e realmente nunca lá está nenhum táxi. Daí, gostava de saber qual o ponto de situação relativamente aquele estacionamento e se aquele lugar não podia ser mudado para outro local, uma vez que naquela zona é onde há a maior concentração de carros estacionados.” -----

= **O Senhor Deputado João Machado** - “Na última assembleia Municipal de 2015, realizada em 18 de Dezembro, no ponto nº 5 da Ordem de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Trabalhos, “Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente às alterações aos acordos de execução em vigor com as juntas de Freguesia”, no respeitante à Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha, foi aprovado a atribuição de um montante no valor de 15.000,00€, à Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha, destinado a fazer face às despesas com a reabilitação dos passeios do Cardal, zona norte. As obras tiveram início em Janeiro e estão na fase final. Quero com isto dizer o seguinte: - Entende a Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha, dar conhecimento a esta assembleia que os valores aprovados, foram integralmente aplicados na referida obra, tendo em conta que uma das competências desta Assembleia Municipal, conforme a alínea a), do nº 2 do artigo 25 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, é apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k), do nº 1 do artigo 25 da mesma Lei. Convido todos os presentes a visitarem a obra. Quero agradecer a esta Assembleia e à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, que nos tem visitado com regularidade, ao Sr. Vereador Rui Constantino, responsável pelo pelouro das obras, ao Sr. Eng.º César e Sra. Isabel Gonçalves, assistente técnica, na elaboração de todo o processo concursal, ao Sr. Cláudio Lopes, fiscal da Câmara, à Sra. Sónia Ribeiro, Técnica Superior Estagiária, responsável pela Higiene e Segurança no Trabalho, aos trabalhadores da Junta de Freguesia, o Fernando Lopes, o Pedro Lopes e o Alexandre Mira, com contratos de Emprego Inserção, que têm efetuado toda a parte de assentamento de calçada, ao Eugénio, pedreiro da câmara, responsável pela colocação de todas as caixas de esgoto e outros trabalhos de pedreiro, ao Júlio Ventura que mais uma vez disponibilizou o seu tempo, sem qualquer compensação, sendo o responsável por toda a canalização pluvial que foi necessário colocar em todos os passeios, e por último à empresa responsável pela obra, “Construções Carlos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Barros”, pela competência, responsabilidade e seriedade. Não posso deixar de referir também a constante presença do tesoureiro da Junta de Freguesia, Laurindo Esperança, que me tem acompanhado desde o início nesta grande obra, que veio beneficiar 90 habitações. De referir também que anteriormente houve um projeto para estes arruamentos, onde constava que fossem executadas valetas e não passeios, projeto este, elaborado pelo antigo GAT, Torres Novas, cujo custo estimado orçamentava em 100,000,00€.”-----

**= O Senhor Deputado Nuno Gomes** - “Eu, nestes dias tenho frequentado o parque, assim como no dia 25 de Abril, algumas pessoas com quem estava questionaram-me e eu próprio já me tenho questionado e daí trazer este assunto à sessão da Assembleia Municipal. Eu presumo que a água que circula nos canais do parque seja uma água estagnada, uma água que vem do Tejo, não deverá ser de um furo. Eu gostava que me esclarecessem se a água é mesmo extraída do Tejo, porque periodicamente os canais estão cheios de limos e têm de ser limpos. A minha questão é se não compensaria ter um tratamento de água, para que seja uma água mais limpa, o cloro não é assim tão caro, mas também não sei quais são os custos da limpeza.” -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimento das questões colocadas pelos Senhores Deputados. –**

**= Praça de Táxis em Moita do Norte** - “Em relação à praça de táxis em Moita do Norte, ao que tenho conhecimento há um lugar concessionado para um táxi. Se de fato ele não é ocupado não faz sentido haver este lugar reservado, até porque na zona em questão há falta de lugares para estacionamento. É um assunto que os serviços vão averiguar. -----

**= Limpeza do canal no Parque Ribeirinho** – “Quanto à questão do Deputado Nuno, a água do parque por motivos de contenção de custos é retirada do próprio rio. Como todos sabem ela vem poluída. É captada e,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

posteriormente, bombada para a parte superior e depois daí é que é projetada no respetivo canal. O tratamento com cloro, provavelmente teria resultados na redução de limos, todavia o dinheiro não chega para tudo. Temos de ter alguma parcimónia nos gastos públicos. Às vezes é desagradável ter alguns limos, mas os tempos são de contenção de custos e de economizar. A limpeza da água melhora devido à iniciação na canoagem no tanque grande pelo Clube Náutico Barquinhense, que devido à agitação de água a oxigena e elimina muitos dos limos existentes.”-----

### **ATENDIMENTO AO PÚBLICO** -----

**Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Para intervir inscreveu-se o Senhor Munícipe Nuno Pinto.** -----

**= Munícipe Nuno Pinto** – “Sou morador nas Madeiras e há um tempo para cá, há uma situação que se está a passar nas Madeiras, que me preocupa e aos restantes habitantes. Em tempos havia um caixote que estava na estrada, fizeram uma gare para colocar o caixote do lixo. Mas até para fazer a gare foi complicado, pois teve de haver intervenção da GNR. Neste momento, o caixote do lixo foi para o sítio mas constantemente há um senhor que tira o referido caixote do sítio e coloca-o na estrada, até mesmo na estrada principal, que vai de Constância para Santa Cita, colocando-o em frente à paragem dos autocarros. Eu, hoje, já arrumei o caixote do lixo três vezes e não sou só eu a fazê-lo. No local onde o senhor o costuma colocar, é perigoso, pois quem vem da Roda Pequena ao dar a curva encontra sempre o caixote do lixo na estrada. O senhor ao fazê-lo está a pôr em perigo todos os que por ali passam e isto é recorrente. Este senhor também tem na casa câmaras de vídeo viradas

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a rua. No dia 25 de Abril liguei para GNR que foi ao local e mandou o senhor retirar as câmaras, mas até hoje não retirou. Gostava que fosse tomada alguma posição em relação a este assunto.” -----

**O Senhor Deputado Municipal Benjamim Abalada Reis e Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo, solicitou a palavra para expor o mesmo assunto.** -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Benjamim Reis** – “Este assunto já dura há alguns tempos, a própria Junta de Freguesia em conjunto com a Câmara Municipal tomou a decisão para no local resguardar o contentor do lixo num sítio apropriado, onde não faz qualquer impedimento para o trânsito e à população local. Eu próprio já me desloquei lá e coloquei-o no lugar onde, por esse senhor, foi retirado. Chamei a GNR e foi-lhe aplicada uma multa. Têm sido constantes as discussões. Este senhor que acabou de falar já me entregou provas. É preciso que a Câmara tome providências pois ele não tem qualquer razão em fazer o que faz. É mesmo por maldade e está a pôr em perigo as pessoas que vão deitar o lixo fora do local. O argumento do senhor é que se alguém for bater no carro dele, bate primeiro no caixote do lixo.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara informou o Senhor Município do seguinte:** -----

“Eu próprio já alertei a Guarda Nacional Republicana, pois este senhor coloca em perigo, o bem-estar dos Municípios e pode provocar risco de acidente. Eu acho que faz todo o sentido, para além das queixas particulares que assistam a atos ostensivos de violação das regras estradais e posturas municipais, o Município fazer a respetiva queixa ao Ministério Público por violação de normas que colocam em perigo pessoas e bens.” -----

**No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia informou o Senhor Nuno Pinto do seguinte:** -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Este assunto é específico da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal. Não deixamos, no entanto, de tomar a devida nota.” -----

-----///-----

**Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º 2, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. ----- (vide anexo 5) ---**

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----**

“Apenas quatro pedidos de esclarecimentos: -----

**= Centro Paralisia Cerebral** – “Há anos que a Câmara tomou algumas medidas nomeadamente em termos sociais e apoiou o Centro Paralisia Cerebral, associação privada, mas onde a Câmara tem investido ao longo dos anos. Ainda este ano no orçamento estão indicados mais quarenta e cinco mil euros. Este processo decorre há muitos, muitos anos, e julgo que deveria haver um conhecimento do que se passa com a obra, é que já começou a haver comentários sobre a sua demora. -----

**= Candidatura sistema de águas residuais nas Madeiras** – Gostava de saber qual o ponto de situação desta candidatura. -----

**= Balneários Parque Desportivo na Atalaia** – Esta obra desde a sua construção teve sempre muitos problemas e gostava de saber de a empresa construtora não tem de garantir a resolução dos problemas. ---

**= Percursos Ribeirinhos** – Gostaria de saber se em relação aos percursos Ribeirinhos, o porquê de estar cabimentado e comprometido mais uma vez com o valor de vinte e cinco mil euros.” -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Deputados. -----**

**= Centro Paralisia Cerebral** – “A referida obra é uma IPSS, ou seja estamos a falar de uma instituição particular de solidariedade social, em que a câmara desde o seu início de construção apoia a referida obra. O concurso foi entregue à empresa Aquino Construções, S.A. que entrou

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em processo de insolvência e, posteriormente, em processo recuperação da empresa. Entretanto, o processo arrastou-se no tempo. Interpelada a Segurança Social, foi necessário proceder a novo concurso público. Que fique claro do que falamos é dum projeto de uma IPSS e não dum projeto da Câmara Municipal. Ao que tenho conhecimento neste momento foi lançado novo concurso público. Estamos perante as contingências das insolvências das empresas que temos neste país, e infelizmente são muitas as obras que se encontram nesta situação. -----

= **Candidatura sistema de águas residuais nas Madeiras** – No âmbito do PDR 2020 a Câmara vai elaborar candidatura para a questão que colocou. É um processo que há muito tempo se arrasta. Ora, vão existir candidaturas abertas, no âmbito dos fundos comunitários. Temos projeto pelo que estamos em condições de concorrer. -----

= **Balneários Parque Desportivo na Atalaia** – o Construtor da obra foi interpelado em tempo para fazer as respetivas obras. Nunca as fez. Assim e nos termos da lei, acionamos as garantias bancárias. O construtor invocando que não tínhamos razão colocou o processo em contencioso. O tribunal veio dar razão à Câmara. Neste momento foi lançado novo concurso público e esperamos que este verão a recuperação dos balneários esteja realizada. -----

= **Percursos Ribeirinhos** – Era uma das candidaturas que estava no QREN, este deixou de existir e passamos a um quadro comunitário que neste momento está extremamente atrasado. Há concursos para os percursos pedonais e ciclovias com uma nova vertente elegível. A Câmara Municipal está neste momento a preparar a candidatura numa situação similar mas que no fundo terá de ter outro nome para se adaptar à nomenclatura dos fundos comunitários. Provavelmente serão percursos pedonais entre Vila Nova da Barquinha e Praia do Ribatejo. A Lei obrigou-nos à revisão de projeto. Está cabimentada e comprometida esta despesa

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque há revisão de projeto, por imperativo legal.” -----

**Ponto três – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, para conhecimento.** -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe.** -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “A recomendação nº1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção, estatui que os Planos e os Relatórios de Execução devem ser remetidos ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo. O Plano e o Relatório de Execução do plano devem ser igualmente publicados e publicitados nas páginas da internet do Município de Vila Nova da Barquinha. Pelo presente documento dá-se conhecimento a esta Assembleia do Relatório do ano de 2015. ” -----

**A assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

**Ponto quatro – Apreciação e votação da desvinculação do Município de Vila Nova da Barquinha da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico.** -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe.** -----

“O que é apresentado aos Senhores Deputados é uma Proposta de desvinculação do Município à Associação Portuguesa com Centro Histórico.” -----

**Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que solicitaram os seguintes esclarecimentos:** -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – “Antes de passarmos á votação queria só fazer umas questões para melhor fundamentar a nossa votação. O argumento apresentado é de contenção de custos, e que não há um Centro Histórico classificado que justifique a permanência nesta associação. Se não temos, nem nunca tivemos um

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Centro Histórico classificado porque é que aderimos? O que nos levou a aderir a esta associação, quais foram os argumentos na altura, poderíamos ter algum benefício? Se não tivemos até agora nenhum benefício, poderemos ainda vir a ter a possibilidade do nosso património arquitetónico ter algum potencial a candidatura futura ou não? Nós temos alguns monumentos arquitetónicos, históricos de relevo, mas será que cabem numa possível classificação? Há benefício tendo em conta a associação que é? Têm ou não um trabalho meritório, que faça ter algum sentido de solidariedade em continuarmos não como participantes mas de visitantes doutros Municípios que acabam por auferir de participação do Município de Vila Nova da Barquinha, continuando nesta associação.”

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira –**

“Praticamente a minha intervenção está feita. Em relação a isto era interessante a Assembleia Municipal saber quantas associações o Município está envolvido. Eu não sei se a Câmara ainda está na Associação de Castelos, pois são tantas as associações. No fim do ano quando se envia a gestão do ano anterior deveríamos saber os benefícios que tivemos com tudo isso, bem como os protocolos estabelecidos com diversos e do qual nunca soubemos o resultado dos mesmos.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes –** “Eu sendo o último

praticamente está tudo dito. A minha questão e no complemento da intervenção da Deputada Paula Duarte, é saber há quantos anos é que o Município é sócio desta associação, porque é que na altura entrou e porque é que não saiu mais cedo.” -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou o seguinte:** -----

“Quantos aos fundamentos da adesão da Câmara Municipal terão de perguntar aos meus antecessores. Não sei quais os fundamentos que levaram à sua adesão mas posso dizer os fundamentos atuais para a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presente proposta. Nós temos de ser realistas, quem exerce cargos públicos tem de ser pragmático. No relatório de Prestação de Contas constam as associações da qual o Município faz parte e as suas despesas. Não há Centro Histórico classificado no nosso concelho e o que me levou a propor a desvinculação desta associação. Os fundos comunitários, PDR2020, na regeneração urbana, vem eleger os centros urbanos ou históricos e os centros ou locais ribeirinhos. Não temos vantagem em fazer parte desta associação, uma vez que através de um processo de candidatura no âmbito dos PARU'S e ARU'S, não necessitamos de nenhum parecer, nenhuma vinculação a esta entidade. O princípio de solidariedade vale o que vale, elegeram-me para eu defender a Câmara Municipal, e para ter parcimónia nos recursos financeiros. É isto que proponho, mas a decisão é desta Assembleia.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra referiu o seguinte:** -----

“Na altura tinha uma justificação, as coisas é que se foram modificando ao longo dos tempos. Quando esta associação foi criada tinha a ver, com quem tivesse monumentos históricos, por exemplo o Castelo de Almourol. Foi nessa altura que esta associação foi criada. Depois, ao longo dos anos foram-se alterando os objetivos e os quais foram orientados para os centros históricos. De fato neste momento não se justifica a permanência na associação.” -----

**Posta à votação a proposta da desvinculação do Município de Vila Nova da Barquinha da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, esta foi aprovada por maioria com duas abstenções dos Senhores Deputados David Antunes e Paula Duarte da CDU e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa,**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, José Pereira de Sousa, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. ----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

**Ponto cinco – Nomeação de um representante das juntas de freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil (art.º. 41º., alínea i) da Lei nº80/2015, de 3 de Agosto. -----**

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. -----**

“A Lei nº80/2015, de 3 de Agosto, veio introduzir alterações à Lei nº27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil. Entre outras alterações é de salientar a alínea i) passando a Comissão Municipal Proteção Civil a ter um representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal. Assim, deverá ser nomeado um representante das juntas de freguesias para integrar a referida comissão.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores deputados se pretendiam que a votação fosse por voto secreto ou, uma vez que o representante tem de ser um Presidente da Junta de Freguesia, por nomeação. -----**

Foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Benjamim Reis** que referiu que em conjunto as quatro Juntas de freguesia acordaram propor o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha.

**Posta à votação a proposta de nomeação de um representante das juntas de freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil, do qual ficou nomeado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados David Antunes e**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Paula Duarte da CDU e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, José Pereira de Sousa, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

**Ponto seis – Pedido de autorização para adesão a (ZIF) Zona de Intervenção Florestal. -----**

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. -----**

“O Município de Vila Nova da Barquinha vem manifestando a sua preocupação relativamente às ocorrências de incêndios registadas no concelho e particularmente, porque recorrentes, e na mesma área geográfica, desde os anos de 1992, de 2005 e o último no dia 7 de julho do ano 2015. Todos com ponto de início na freguesia de São Pedro, concelho de Tomar e que se estendem até à freguesia da Praia do Ribatejo, concelho de Vila Nova da Barquinha. O último, com uma área queimada de 730 hectares, causou danos significativos sociais e económicos, nas pessoas e bens, mas também nos valores naturais e ambientais em áreas agrícolas e florestais. Uma ZIF é essencialmente uma estrutura de gestão de espaços florestais que envolve toda a comunidade, desde os proprietários e produtores florestais aderentes, aos municípios e freguesias, bem como todos os agentes económicos e aqueles que zelam pelo território. Daí o pedido para adesão do Município à ZIF.” -----

**Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que solicitaram os seguintes esclarecimentos: -----**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “O Senhor Presidente já se antecipou e esclareceu, ainda bem! Só questiono se há estimativa de custos, quais os custos para a autarquia. Em relação ao plano plurianual de investimentos, execução do Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, gostava de saber se tem alguma coisa a ver com estas ZIF’s.” -----

= **Intervenção do Senhora Deputada Paula Duarte** – “Além da questão do Senhor Deputado Nuno Gomes, em relação aos custos, algumas explicações o senhor presidente já as deu. As minhas dúvidas são apenas técnicas. O início do processo de constituição, fala de um núcleo fundador de acordo com a Lei e esse núcleo é constituído por proprietários, produtores florestais detentores de um conjunto de prédios rústicos, constituído maioritariamente por espaços florestais, com uma área territorial contínua de pelo menos 5% da área proposta para a ZIF, e são eles que tomam a iniciativa de propor a ZIF. Depois da constituição da ZIF, o núcleo fundador deixa de existir e passa a existir uma entidade gestora que responde perante a assembleia geral da ZIF que é constituída por proprietários, produtores florestais aderentes à mesma e toma as decisões de acordo com o Regulamento interno. Dentro da definição proprietária, é uma definição lata. Apenas gostaríamos de ver esclarecidos quem são os proprietários. Percebi, não sei se bem ou mal, que fará parte desta entidade gestora o Município, o exército e depois dentro da definição de proprietários empresas nomeadamente, celulosas. Nós não temos qualquer dúvida que a floresta será muito mais bem regulada, haverá uma legislação que controlará muito melhor o tipo de cultivos, a maneira como podemos concorrer a projetos de fundos comunitários que nos permitirão gerir e prevenir os incêndios florestais. A nossa questão é mesmo tentar perceber quem vai fazer parte desta entidade gestora.” -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Parte da minha intervenção, já está exposta. Mas ainda tenho outra dúvida. A ZIF 2 rios engloba as freguesias de Atalaia, Vila Nova da Barquinha, Tancos e Praia do Ribatejo, ou seja as quatro freguesias do concelho. Por outro lado, a ZIF Castelo de Bode engloba todas as freguesias menos a Praia do Ribatejo, será que haverá outra ZIF para o outro lado? Na ZIF Castelo de Bode, onde engloba o Entroncamento, lembrou um assunto que em tempos havia um projeto entre o concelho de Vila Nova da Barquinha e Entroncamento, para tratar as zonas de uma determinada área contínua que ligava os dois Municípios. Gostava de saber se isto da ZIF tem alguma coisa a ver com esse projeto, ou esse projeto ficou sem efeito.” -----

**Foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os senhores deputados do seguinte:** -----

“Não há custas para os proprietários, todos os projetos são subsidiados por fundos comunitários, fazem parte do próprio órgão de gestão do Instituto da Conservação da Natureza, do qual fazem parte os proprietários e outras entidades, ou seja, a Câmara Municipal por razões óbvias, faz todo o sentido que apoie a criação das zonas no sentido de proteção de florestas para evitar esta calamidade, mas não faz nenhum sentido que esteja neste órgão de gestão até porque provavelmente teria que pedir ao Tribunal de Contas, se podia ou não fazer parte desta associação. O plano defesa municipal da floresta é um documento em que as próprias ZIF’S vão recorrer. Este plano é feito todos os anos. O deste ano foi aprovado na semana passada no dia da reunião da Comissão Municipal Proteção Civil, onde estão representados diversas entidades nomeadamente: a Proteção Civil, os Bombeiros, o Comandante Operacional Distrital de Santarém, o Presidente da Câmara, a GNR e todas as entidades envolvidas que no fundo são as entidades com o dever de tutela em caso de situação de alerta ou de emergência. De igual modo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também está presente o Regimento de Engenharia n.º 1, entidade que possui tratores/máquinas de rastros. Ou seja, há um plano em que são mapeados todas as necessidades e em caso de uma situação de emergência é acionado esse plano. As ZIF'S também vão recorrer-se do plano para perceberem onde é que temos os pontos de água, os charcos, onde será possível os bombeiros deslocarem-se, etc. Quanto ao núcleo fundador este nasce de várias ZIF'S que já existem, e posso dizer que a ZIF 2 Rios já está constituída por proprietários da zona entre o Sardoa e Constância. São proprietários que fazem parte da própria ZIF e são eles que estão a candidatar-se a esta ZIF de Vila Nova da Barquinha. As ZIF'S estão sujeitas a controlo prévio por parte do Instituto de Conservação da Natureza porque também têm de apresentar resultados e evidências dos gastos de dinheiros públicos, uma vez que vão ter subsídios e fundos perdidos com participação de 100%. Por isso faz todo o sentido que haja um órgão de fiscalização. No concelho as celuloses que eu tenha conhecimento não são entidades proprietárias, mas sim arrendatárias, nomeadamente a ALTI Florestal. Tenho conhecimento, pela Fundação Dr. Francisco Cruz, onde faço parte da administração e recentemente fizemos contratos de arrendamento florestal. Neste momento cortamos a madeira da Fundação das Limeiras e estamos à espera de receber, na consequência do incêndio, muito perto de setenta mil euros. Estes contratos são de arrendamento florestal, normalmente pelo período de onze anos, com início com a data da plantação. A Câmara Municipal o que está a pedir é para entrar também na ZIF a título gratuito e não para fazer parte dos seus órgãos sociais. Faz todo o sentido que eles tratem a nossa mata nos prédios rústicos que detemos para tentar evitar que haja o perecimento de floresta. Esclarecer que a ZIF delimita território contínuo, e pode acontecer que haja diferentes ZIF's para o mesmo concelho, tem de ser é uma ZIF em espaço contínuo.” -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Posta à votação a proposta de pedido de autorização para adesão a (ZIF) Zona de Intervenção Florestal, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados David Antunes e Paula Duarte da CDU e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, José Pereira de Sousa, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

**Ponto sete – Apreciação e votação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Vila Nova da Barquinha. -----**

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. -----**

“O conselho municipal de juventude é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude. Será uma forma de ajuda à realização das suas aspirações, no âmbito da definição de políticas de juventude do concelho. Pretende-se, com este conselho, que haja união e a afirmação dos jovens na nossa comunidade, num espírito democrático e pluralista, que consagra o direito à diferença. Infelizmente não temos muitas associações ligadas a esta temática, há algumas e estou a lembrar-me de imediato do Corpo Nacional Escutas, que tem muita juventude. Pretende-se no fundo que neste conselho, haja união dos jovens da comunidade, no espírito democrático e purista que consagra o direito à diferença e à sua participação nas decisões públicas.”

**Posta à votação o projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, esta foi aprovado por unanimidade com dezanove votos**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**a favor dos Senhores Deputados David Antunes e Paula Duarte da CDU e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, José Pereira de Sousa, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

**Ponto oito – Apreciação e votação da alteração do Mapa de Pessoal. - Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. -----**

“O mapa de pessoal enquanto instrumento de planeamento da gestão de recursos humanos, materializa a previsão do número de trabalhadores que, numa perspetiva de futuro, e à luz dos interesses públicos que fazem parte do âmbito de atribuições desta Autarquia, se julga serem necessários para realizar as múltiplas atividades dos serviços. A gestão dos recursos humanos é todavia de natureza contingencial, dependendo de recursos financeiros, dos recursos materiais, das aposentações, das baixas prolongadas, da formação, da tecnologia, dos incentivos, da motivação dos trabalhadores, e de condicionalismos em matéria legislativa. A proposta apresenta-se como imprescindível e demonstra ainda uma clara intenção de reforço dos recursos humanos na carreira de assistente operacional com vista a assegurar o desempenho de funções de natureza manifestamente prática que o município, manifestamente, carece. A extinção de um posto de trabalho na subunidade orgânica dos serviços partilhados, carreira de assistente técnico, vago por motivo de aposentação. A alteração ao Mapa de Pessoal, corresponde à seguinte

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

criação de postos de trabalhos: criação de três postos de trabalho na Divisão Municipal dos serviços Técnicos, carreira de assistente operacional, a preencher e a afetar ao exercício de funções de auxiliar de serviços gerais e de dois postos de trabalho para a educação.” -----

**Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que solicitaram os seguintes esclarecimentos: -----**

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “O Senhor Presidente já referiu algumas questões que eu já pude constatar, que efetivamente em dois mil e quinze existiam cento e cinquenta e sete funcionários. Na primeira revisão já íamos para cento e sessenta e três e neste momento esta segunda revisão para dois, dezasseis para cento e sessenta e sete funcionários, exatamente o que o Município tinha em dois mil e treze. Um dos pontos positivos que se frisa no relatório de gestão de dois mil e quinze é que se conseguiu diminuir o quadro de pessoal o que é uma vantagem. Se é necessário, obviamente vou acreditar no executivo e não há volta a dar. Na alteração para dois mil e dezasseis no que está aqui para aprovação temos realmente cento e sessenta e sete o número de postos de trabalho existentes e não sei se estou a ver mal mas está mencionado um lugar para um técnico superior, que se encontra por preencher. Depois para cargos a preencher vem aqui mais dez assistentes operacionais. Já estão a prever o futuro?” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “Eu só queria novamente debater este ponto de abertura dos concursos que falo sempre, porque se faz falta deve-se colocar, deve-se abrir concurso público e não se deve fazer aquilo que tem vindo a acontecer, que é colmatar situações de concurso público com pessoas que já existem nos serviços. Nenhum dos concursos públicos que esta casa abriu entraram funcionários que já não estivessem agregados à Câmara Municipal, e aos serviços. Eu sou sempre a favor da abertura de concursos, porque acho

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que faz falta, a câmara está em défice, sobretudo nestas duas áreas, sem dúvida, agora que não seja para colmatar situações de contratos que já existem e o concurso público, é mera fachada.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Eu comungo das ideias do Deputado Inocêncio. Gostava de ser esclarecido se vão abrir dez ou três lugares.” -----

**= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – “Nós não podemos estar mais de acordo com o que a Câmara tem feito com o número de funcionários, reduzido por decorrência da Lei. Percebe-se isso pelo número de pessoas que têm estado agregadas a trabalhar na Câmara, não por esta, mas por POC, CEI. Logo, se essas pessoas têm estado aqui a trabalhar connosco é óbvio que essas pessoas são necessárias. Tendo em conta que o novo orçamento de estado já permite algum início de tentativa de colmatar a falta de pessoal especializado, maneira como as Câmaras têm de promover é a abertura de concursos. Pressupomos que vai ser aberto concurso público, que vai ser divulgado e chegar a toda a gente que se possa eventualmente candidatar, quer já tenha estado a trabalhar connosco ou não, porque reconheço que haverá pessoas que já têm trabalhado connosco e que terão o seu mérito, mas os concursos públicos e a Lei são para cumprir. Há a necessidade de contratar pessoas para as Câmaras com condições dignas de trabalho e não através de contratos de trabalho como POC e CEI que nós bem sabemos que são obrigados a vir para aqui muitas vezes sem saber para onde vêm. No nosso entender os POC e CEI são novos trabalhos escravos, portanto, estas contratações acabam por colmatar essas necessidades.” -----

**Foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente que esclareceu os Senhores Deputados do seguinte:** -----

“Quero informar-vos que tem de constar no mapa apresentado um técnico superior que neste momento não está cá, é o Dr. Carlos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gonçalves, que neste momento está com Chefe de Divisão noutra Câmara. Mas como sabem está em comissão de serviço, pode cessar a todo o tempo e a Câmara tem de ter o lugar previsto no mapa de pessoal. Assim, não temos cento e sessenta e sete, temos cento e sessenta e seis trabalhadores, mas tem de estar aqui mencionado. O que vamos colocar a concurso são três postos de trabalho. Como sabem há um limite, não podemos no final do ano gastar mais em pessoal do que gastamos no ano anterior, sabendo que também temos um limite próprio, o da própria Lei do Orçamento e do ano anterior. Como sabem a educação está excecionalizada desta limitação legal, daí alguma abertura, ora, são mais dois postos de trabalho criados mas que são para a área da educação. Esta é uma temática extremamente fiscalizada pela Direção Geral das Autarquias Locais. Os mapas são enviados mensalmente e todas as situações, nomeadamente baixas e situações de inatividade são mencionadas. De fato, se não fossem os CEI'S e os POC'S era completamente impossível à Câmara Municipal realizar a sua missão com os recursos humanos que temos. Podem ler no respetivo relatório que temos entre dez a vinte trabalhadores em situações precárias. Na questão de novos contratos, como sabem, estavam proibidos por Lei. Neste momento é permitido fazê-los mas com a limitação de não ultrapassar os 35% da despesa. Posso informar que entraram para os quadros da Câmara, pessoas que não tiveram nenhuma relação jurídica com a Câmara Municipal. Pode ter acontecido e é perfeitamente natural que aconteça que alguns estiveram cá como POC e CEI e tenham entrado. Como Presidente da Câmara, ao que me lembro, nunca fiz parte de um júri, nem quero fazer, acho que o júri deve ser soberano e órgão independente. Espero que nestas questões não haja dúvidas, estamos aqui a colocar três postos para a área da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. Como sabem passamos de cinco divisões para duas divisões e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de cinco chefes de divisão para um chefe de divisão. Por opção do presidente da Câmara, o outro lugar de chefe de divisão, não foi preenchido para poupar cinquenta mil euros que deram para participar no Fundo de Apoio Municipal (FAM). Acresce informar que houve aposentações e que dois postos de trabalho não entram no endividamento pois são para a área da Educação” -----

**Posta à votação a alteração ao Mapa de Pessoal, este foi aprovado por maioria com 4 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz e Nuno Gomes do PPD/PSD e Inocêncio Cruz do PS e 15 votos a favor dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Antunes da CDU, Manuel de Oliveira do CDS, e João Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, Manuel da Costa, César Barros Cardigos, José Pereira de Sousa, Vitorino Gomes Monteiro, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

-----/---/-----

**Neste momento o Senhor Presidente concedeu um intervalo por um período de 10 minutos. -----**

-----/---/-----

**Ponto Nove - Apreciação e votação do relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2015 e do Investimentos de bens, direitos e obrigações patrimoniais, nos termos do n.º 2 do art.º 27 da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro. -----**

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. -----**

“A taxa de execução da receita total durante o exercício económico de dois mil e quinze foi de cerca de 81%. A taxa de execução da despesa paga de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

77,29%. No exercício de dois mil e quinze mais uma vez foi visível a preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público. Cumprimos todas as regras de equilíbrio e de contas públicas. Reduzimos o défice e a dívida à banca. Este é o documento que apresento à Assembleia Municipal” -----

**Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que expuseram o seguinte:** -----

**= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – “Uma questão que tem a ver com a declaração de voto que vamos apresentar. Nós recebemos juntamente no expediente o relatório do parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório que está em apreço e aqui eles fazem um ênfase e é esse ênfase que me está a levantar algumas dúvidas. «Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção da seguinte situação: Para os efeitos legais e de reporte à DGAL da dívida total, o Município reportou a contribuição para a dívida (relevante para efeitos do disposto na Lei 73/2013 de 3 de setembro) da entidade Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, segundo o critério comunicado pela mesma no dia 19/04/2016, o qual evidencia uma redistribuição da dívida imputada ao Município, por via da inclusão de associados de direito privado, refletindo-se esta redistribuição numa redução significativa do montante anteriormente comunicado (aproximadamente menos 86%, se comparado com a universalidade da dívida comunicada anteriormente). Dada a data da comunicação (19/04/2016) dos novos elementos ao Município, não nos foi possível a obtenção em tempo útil dos elementos de suporte a esta alteração, assim como não temos conhecimento se já existe posição oficial das entidades competentes acerca da eventual aceitação do reconhecimento da dívida segundo este novo critério. Importa no entanto salientar que a dívida total desta entidade se encontra identificada pela DGAL (referindo a própria

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Resitejo que irá comunicar este novo critério de imputação e respetivos valores agora apurados à DGAL), e que, qualquer que seja o critério adotado no reconhecimento da dívida o endividamento daí resultante não é diretamente controlável por este município nem afeta as suas demonstrações financeiras de forma direta à exceção do apuramento da dívida total do Município.» -----

**O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte:** -----

“Isto é um problema recorrente, é a questão interpretativa da lei das Finanças Locais e do cálculo de endividamento. Já o ano passado se colocou esta questão. Há quem considere que a questão do investimento deve ser deduzida nomeadamente em relação à dívida. Este é um motivo que ainda está em discussão pública.” -----

**Posta à votação o relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2015 e do Investimentos de bens, direitos e obrigações patrimoniais, este foi aprovado por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Valente da CDU, 4 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz e Nuno Gomes do PPD/PSD e Manuel de Oliveira do CDS e 13 votos a favor dos Senhores Deputados João Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, Manuel da Costa, César Barros Cardigos, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Vitorino Gomes Monteiro, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi do PS.** -----

**-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

**-----Apresentação de declarações de voto.** -----

Declaração de voto apresentada pelo Senhor Deputado David Valente da CDU, sobre este ponto. **(vide anexo 6)** -----

Declaração de voto apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Gomes do

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PPD/PSD, sobre este assunto. -----

“Tendo em conta que a execução foi superior a do ano anterior e também que se diminuiu a dívida, foram duas bandeiras do PSD que foram cumpridas pelo executivo. Optamos pela abstenção.” -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----

### **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**

\_\_\_\_\_

(Rui Monteiro Picciochi)

### **O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia**

\_\_\_\_\_

(João Manuel Alves Gralha)

### **O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal**

\_\_\_\_\_

(Inocência Rodrigues Cruz)

## LISTA DE ANEXOS

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

<b>Anexo 1</b>	Lista de Expediente
<b>Anexo 2</b>	Moção apresentada pelo Senhor Deputado César Cardigos, do Grupo Político PS, cujo tema é “Moção evocativa 42º aniversário da Revolução de Abril e 40º aniversário anos da Constituição da República”.
<b>Anexo 3</b>	Moção apresentada pelo Senhor Deputado César Cardigos, do Grupo Político PS, cujo tema é “Moção evocativa do 1º de Maio”.
<b>Anexo 4</b>	Intervenção lida pelo Senhor Deputado David Valente da CDU – cujo tema é “42º aniversário do 25 de Abril de 1974”.
<b>Anexo 5</b>	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
<b>Anexo 6</b>	Declaração de voto apresentada pela bancada da CDU relativo ao ponto nove da Ordem de Trabalhos – relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2015 e do Investimentos de bens, direitos e obrigações patrimoniais.